

HAWTHORNE E MILLER: ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO

Profª. Ms. Lilian Cristina Corrêa
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

O presente trabalho tem como proposta apresentar as relações intertextuais entre as obras *A Letra Escarlata* (1850), de Nathaniel Hawthorne e *As Bruxas de Salém* (1953), de Arthur Miller, sob a perspectiva de que ambas apresentam uma mesma temática de cunho histórico-social: o período colonial norte-americano e o movimento da caça às bruxas, mesmo que descritos em momentos diferentes e, conseqüentemente, apresentando objetivos distintos quanto ao momento em que as obras foram publicadas. O que fica claro nas duas obras é a idéia de que a ficção pode ser quase histórica e que a História, muitas vezes, tem sua face fictícia sendo, portanto, complementares e, por isso mesmo, de cunho extremamente crítico.

Abstract

This paper aims to present the intertextual relations between *The Scarlet Letter* (1850), by Nathaniel Hawthorne and *The Crucible* (1953), by Arthur Miller, under the perspective that both are inserted in a common historical and social theme: the North-American colonial period and the 'with-hunt' episode, even if they are described in different moments and, consequently, present distinct objectives when it comes to the moment when each of the works were published. What is quite clear in both works is the idea that fiction can be almost historical and History, many times, has its fictional character, so both are complementary and, as so, extremely critical.

HAWTHORNE E MILLER: ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO

História e Ficção

"(...) a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia, tão logo a quase-presença dos acontecimentos colocados 'diante dos olhos' do leitor por uma narrativa animada supre, por sua intuitividade, sua vivacidade, o caráter esquivo da passadidade do passado (...)." (Paul Ricoeur)¹

1.1 Entre História e Literatura

O presente trabalho propõe apresentar duas obras que oferecem uma re-visão de um mesmo momento histórico, portanto torna-se relevante apontar a(s) forma(s) pela(s) qual(is) esse novo ponto de vista toma relevância. Em um primeiro momento, a peça de Arthur Miller, *As Bruxas de Salém* (1953) e, em um segundo momento, o romance *A Letra Escarlata* (1850), de Nathaniel Hawthorne. Há, entremeios, menções a outras obras literárias, contudo, pretende-se aqui o desenvolvimento do diálogo estabelecido

1 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. (tomo III). Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 329)

entre Miller e Hawthorne, em primeira instância e, como segunda forma de releitura, os diálogos que as duas obras mantêm com o momento histórico que descrevem.

Fato é que antes mesmo de se tratar dos aspectos dialógicos entre as narrativas mencionadas, deve-se operar um levantamento histórico-social acerca das temáticas presentes nos hipotextos como uma tentativa de empreender uma seqüência lógica para uma melhor compreensão dos fatos narrados, bem como as opções dos escritores ao manter, através de suas obras, diálogos com seu contexto histórico social. Cabe, então, proceder a essa pesquisa que oriente História e Literatura como complementares, de forma que seja possível estabelecer os paralelos pretendidos.

Em *Que é história?* (1982), Carr aponta para o questionamento título de sua obra, afirmando que antes de qualquer definição acerca da natureza e/ou finalidade da História, deve-se optar pela busca em saber o que é um fato histórico, ou seja, distinguir os fatos básicos, a matéria-prima da pesquisa histórica, daqueles que foram de alguma forma, “refratados” por quem os registrou.

O que o pesquisador procura deixar claro é o fato de que o historiador, num sentido mais restrito, assim como o ser humano, em um plano mais abrangente, é moldado pelo meio em que vive. Torna-se, então, evidente a idéia de que a influência exercida pelo momento presente pode, até mesmo, significar uma forma de fuga dessa realidade, buscando na história um refúgio. De alguma forma, Peter Burke compartilha da posição de Carr, em *A escrita da história: novas perspectivas* (1992), acrescentando que há a concepção de uma nova história, como expansão do conceito de História, segundo ele, de definição estreita, para um conceito mais abrangente, mas não menos intrigante: “A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional (...).” (p. 12) Na mesma obra, Burke aproxima o desenvolvimento dos estudos sobre a História ao renascimento do aspecto narrativo, mencionando Ricoeur e Lyotard:

Ricoeur [declara] que toda a história escrita, incluindo a chamada história ‘estrutural’ (...), necessariamente assume algum tipo de forma narrativa. De um modo similar, Jean-François Lyotard descreveu algumas interpretações da história, especialmente aquela dos marxistas, como ‘grandes narrativas’.” (id., p. 328, marcas do autor)

O estudioso também faz menção a Hayden White, ao indicar que o historiador sugere que, ao se tratar de narrativas de cunho histórico, há quatro planos básicos nelas desenvolvidos: comédia, tragédia, sátira e romance. (cf. p. 338) De fato, em *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (1994), White trata da questão da

interpretação na História, afirmando que nela sempre há posicionamentos de cunho irredutível, mas que é parte do trabalho do historiador a construção de um padrão de pesquisa, de forma que possa, através de seu trabalho, apontar como o processo histórico se desenvolve. Entretanto, esse mesmo pesquisador se depara com dificuldades intrínsecas ao seu objeto de pesquisa: deve discernir, entre os fatos, aqueles de maior relevância, mas ao mesmo tempo, ao narrá-los, deve interpretá-los, como forma de relatar o que ocorreu em determinado período de maneira aceitável, concluindo que:

(...) o historiador precisa 'interpretar' o seu material, preenchendo as lacunas das informações a partir de inferências ou de especulações. Uma narrativa histórica é assim, forçosamente uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente, uma congêrie de fatos estabelecidos e inferidos, e ao mesmo tempo, uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa. (id., p. 65, marcas do autor)

White cita Lévi-Strauss ao aproximar fatos históricos e elementos da narrativa, uma vez que este considera uma postura mais literária quanto à historiografia, defendendo a tese de que em um dado episódio histórico há tantos outros eventos interiores, que seria impossível descrevê-los de maneira completa: “Assim, conclui Lévi-Strauss, os fatos históricos não são de forma alguma ‘dados’ ao historiador, mas, antes, são ‘construídos pelo próprio historiador’ por abstração e como sob ameaça de uma regressão ao infinito.” (id., p. 71, marcas do autor)

Com base nas concepções de White, parece clara a distinção entre os eventos históricos e fictícios a serem abordados neste trabalho, como em uma moldura, sendo que na parte mais exterior, encontram-se os eventos acontecidos em Salém no século 17 e, em uma primeira moldura interior, a obra de Hawthorne, complementada por uma segunda moldura interior, onde estaria inserida a peça de Miller. Nesse contexto, de acordo com o historiador, é possível inserir a noção de interpretação na historiografia de três formas: estética (quando da escolha da estratégia narrativa), epistemológica (quando da escolha do paradigma explicativo) e ética (quando da seleção da estratégia através da qual as implicações ideológicas possam ser deduzidas para que se compreendam os problemas sociais no presente). Mais do que questionar as formas de interpretação e suas conseqüências ideológicas, White trata da possibilidade de se ver o texto de cunho histórico como artefato literário, contrapondo ficção, como representação do imaginável, e história, como a representação do verdadeiro, pois:

(...) tal como a literatura, a história se desenvolve por meio da produção de clássicos, cuja natureza é tal que não podemos invalidá-los nem negá-los, a exemplo dos principais esquemas conceituais das ciências. E é o seu caráter de não-invalidação que atesta a natureza essencialmente *literária* dos clássicos históricos. Há algo na obra-prima da história que não se pode negar, e esse não-negável é a sua forma, a forma que é a sua ficção. (id., p. 106, marcas do autor)

Nesses termos, é possível retomar as palavras de Linda Hutcheon, em *Poética do pós-modernismo. História. Teoria. Ficção* (1991), quando trata do pós-modernismo como fenômeno cultural, dizendo que “(...) o que caracteriza o pós-modernismo na ficção seria aquilo que chamo de ‘metaficção historiográfica’ (...)” (id, p.11) Na verdade, antes mesmo de definir esse termo, Hutcheon trata da problematização da História, como um movimento que contesta os princípios da ideologia dominante, propondo uma nova perspectiva da arte através do estudo do movimento pós-moderno, que concebeu variáveis perspectivas sobre a arte, fazendo surgir o conceito de não-identidade e, atrelado a este, o conceito de diferenças, tratando de opostos, como a não uniformidade do que é descentralizado e do ponto de vista criado através dessa concepção do marginal, tomando o cuidado de não torná-lo um novo centro, mas um ex-cêntrico.

Ora, se a autora está correta e a História é, de fato, contestadora, assim como apontaram, de uma forma ou de outra, todos os outros autores mencionados, fica evidente a mensagem de que a História não apenas deixa claro o discurso dominante, mas permeia todos os outros discursos marginais a ele, como que determinando sua existência e estabelecendo paralelos para sua possível compreensão. Hutcheon acrescenta que as contradições existentes em toda forma de convenção ficam mais evidentes quando o centro cede espaço às margens. (cf. p. 86) Além disso, declara que o movimento pós-moderno apresenta caráter contraditório, uma vez que instala, propõe conceitos, para então subvertê-los, desafiá-los.

Assim, o termo metaficção historiográfica, empregado por Hutcheon, faz uma referência à análise da narrativa em romances de teor auto-reflexivo e, ao mesmo tempo, que se aproximam de acontecimentos e personagens históricos, como no caso das obras de Miller e Hawthorne: “(...) a metaficção historiográfica incorpora todos esses três domínios [literatura, história, teoria], ou seja, sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (...) passa a ser a base para seu repensar e sua re-elaboração das formas e dos conteúdos do passado (...)”. (id., p. 22)

Mais especificamente, no capítulo denominado *Metaficção Historiográfica: 'O passatempo do tempo passado'*, Hutcheon deixa claro que a partir do século XX, literatura e história já são consideradas ramos do mesmo saber e que os romances ditos pós-modernos levantam questões que merecem estudo detalhado acerca da natureza da identidade e da subjetividade da referência e da representação, da natureza intertextual do passado e das implicações ideológicas do ato de escrever sobre ele, confrontando diversos paradoxos, como os das dicotomias ficção / histórica, particular / geral, presente / passado. A metaficção, portanto, se aproveita de verdades e mentiras do registro histórico e a verdadeira questão está em como faz uso de tais dados, privilegiando múltiplos pontos de vista ou narradores declaradamente onipotentes e, quando aponta como problemática tudo o que os romances históricos postulavam como correto, a metaficção historiográfica desestabiliza os conceitos formalmente conhecidos de história e ficção. Assim, é possível afirmar que as obras de Miller e Hawthorne estão inseridas nesse contexto, uma vez que fazem uso do registro histórico: caça às bruxas, período da colonização, subvertendo os fatos, construindo personagens historicamente reais, mas de forma secundária aos fatos.

Para concluir este breve preâmbulo acerca da relação história-literatura, o que é real e o que se diz imaginável, retomamos Carr (1982): “Pode-se concluir, então, que não existe verdade histórica? Existe, responde Carr. E mais, existe a filosofia da história, termo inventado por Voltaire que para Carr significa 'ver o passado através dos olhos do presente e à luz dos seus problemas.’” (quarta capa). Dialogando com Carr, Hutcheon diria que “(...) a metaficção historiográfica sugere uma distinção entre 'acontecimentos' e 'fatos' que é compartilhada por muitos historiadores (...).” (1991, p. 161)

1.2 Da História Norte-Americana: colonização – um retorno às origens

Tomando como ponto de partida a idéia de que o passado não pode ser deixado de lado, mas que deve ser compreendido por meio do momento em que é analisado, e que a História, de uma forma ou de outra, acaba sempre por apresentar um cunho de ficção, resta uma apresentação dos fatos que estão devidamente registrados em obras de História e que servem como pano de fundo para *As Bruxas de Salém*, peça de Arthur Miller, publicada em 1953, e *A Letra Escarlate*, romance de Nathaniel Hawthorne, publicado em 1850, deixando claro o fato de que os hipotextos compostos por Miller e

Hawthorne, em si mesmos, já apresentam uma releitura desse momento da História Americana, datado do século XVII, o período colonial. Entretanto, para que se possa tratar dos episódios que dizem respeito ao período e às temáticas abordadas pelos escritores, há que se propor uma volta um pouco maior no tempo, para um melhor entendimento dos fatos e dos comportamentos daquelas pessoas retratadas na História e na ficção.

O modelo original era a Inglaterra e o que realmente significava ser inglês, já nos idos dos séculos XIV e XV, com a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), contra a França, e, posteriormente, com a Guerra das Rosas (1455-1485), entre os representantes das cidades de York e Lancaster, simbolizados, respectivamente, por uma rosa branca e uma rosa vermelha, marcando o início da Dinastia Tudor.

Com os Tudor no poder há uma série de transformações instauradas na Inglaterra: a afirmação do poder real inglês e o crescimento da classe burguesa; a abertura à cultura e às artes de modo geral; o poder reforçado com a Reforma Protestante e, como um de seus resultados, o rompimento com a Igreja Católica e a conseqüente fundação da Igreja Anglicana, pelo Rei Henrique VIII, segundo na dinastia - complementa Karnal (2007): “Os dois maiores limites ao poder real eram os nobres e a Igreja Católica. Graças à Reforma e à fraqueza da nobreza inglesa, esses limites foram eliminados ou diminuídos durante a dinastia Tudor.” (p. 32)

Durante o século XVI, já sob o governo da Rainha Elizabeth I, o possível risco de uma invasão pela Espanha foi eliminado com a derrota da Invencível Armada Espanhola, em 1588, o que colaborou no fortalecimento do nacionalismo inglês. Já o século XVII vê o início da dinastia Stuart, com uma Inglaterra fragmentada em diversas facções protestantes, diversos focos de resistência católica, além da igreja oficial, a Anglicana. Política e economicamente, durante esse período, houve aumento populacional e um crescimento ainda maior da produção de manufaturas (que indicaram prosperidade durante a dinastia anterior), além de processos de cercamento territorial, os chamados *enclosures*, ocasionando a intensificação do êxodo rural, também devido à expansão da indústria e, evidentemente, o avanço do capitalismo. Toda essa efervescência da chamada “política moderna” gerou diversos descontentamentos por parte da burguesia, liderada por Oliver Cromwell contra o Rei Carlos I, na Guerra Civil Inglesa (1642-1648):

(...) ao matarem Carlos I, os ingleses estavam declarando: os reis devem servir à nação e não o contrário. Os juízes, em 1649, declararam que Carlos I era “tirano, traidor, assassino e inimigo

público”. Como disse o historiador Christopher Hill, a ilha da Grã-Bretanha tinha virado a “Ilha da Grã-Loucura”.” (KARNAL, 2007, pp. 35-36)

Com o Parlamento vencendo a Guerra Civil, a Inglaterra passa a sediar a primeira revolução burguesa européia, a Revolução Gloriosa, que depôs dois membros da dinastia Stuart, em 1649 e, posteriormente, em 1688. Durante os séculos XVI e XVII, com todas essas disputas, houve alta de preços, o que gerou a inflação, além de problemas como a fome e a peste, que se tornaram graves perturbações sociais, associados à ausência de um projeto colonial para a América – como a Inglaterra estava envolvida nesta série de problemas, faltava um referencial que servisse de base para o processo colonizatório, além de outros aspectos como as perseguições religiosas e o aumento da pobreza local, o que favorecia a visão da América como uma espécie de salvação.

Ao se falar em América, os ingleses não foram os primeiros em sua colonização, entretanto, independentemente dos avanços conquistados por outros impérios, a Rainha Elizabeth I concede a Sir Walter Raleigh permissão para iniciar a colonização americana sob a bandeira inglesa. Entre 1584 e 1587, Raleigh fez diversas expedições à região por ele batizada como Virgínia, em homenagem à rainha. Contudo, seu processo de iniciar a colonização foi frustrado por diversos ataques indígenas, pela fome e outros problemas que não permitiram que a experiência fosse bem sucedida.

No início do século XVII, no entanto, a Inglaterra revive seu impulso colonizador com as companhias mercantis e a fundação das treze colônias na América, mas quem foram os colonizadores e o que os levou a deixar a Inglaterra? A resposta pode ser encontrada no acentuado êxodo rural, por conta da expansão das manufaturas e também pela ausência de empregos nas grandes cidades. Assim, a idéia de migrar para um lugar que oferecia terras férteis e a possibilidade de enriquecimento não parecia má para essas pessoas. De fato, aqueles que optavam por ir para a América enfrentavam diversos problemas: os custos da viagem eram muitos, o que ocasiona o surgimento de uma nova forma de escravidão, a chamada servidão temporária (*indentured servant*), na qual anos de trabalho gratuito eram cedidos a quem quer que financiasse uma viagem para a América, nesse caso, as grandes Companhias. Nem todas as pessoas imigraram por vontade própria, muitas foram, de alguma forma, deportadas, por serem devedores e não terem como saldar suas dívidas. Dados indicam que somente metade dos imigrantes era considerada como *pilgrim saints*, santos peregrinos, em sua maioria, colonos

comuns, mão de obra empregada, além dos que imigravam em regime de servidão temporária, como anteriormente mencionado.

De forma geral, entretanto, a idéia sobre aqueles que inicialmente povoaram a Inglaterra, nos séculos XVI e XVII, sempre recai sobre os peregrinos, vítimas de perseguições religiosas no antigo continente, que viam na América uma espécie de refúgio e a imagem de uma nova Canaã, como na Bíblia. Esse grupo, o primeiro a embarcar rumo à América, é comumente chamado de *pilgrim fathers*, pais peregrinos, sendo considerado como o grupo fundador dos Estados Unidos, os *WASP*, *white anglo-saxon protestant* (protestantes brancos e anglo-saxões), vistos como os colonos-modelo, sendo que o *Mayflower Compact*, documento por eles assinado em 1620, também serviu de modelo para outras colônias:

Os ‘puritanos’ (protestantes calvinistas) tinham em altíssima conta a idéia de que constituíam uma ‘nova Canaã’, um novo ‘povo de Israel’: um grupo escolhido por Deus para criar uma sociedade de ‘eleitos’. Em toda a Bíblia procuravam as afirmativas de Deus sobre a maneira como Ele escolhia os seus e as repetiam com freqüência. Tal como os hebreus no Egito, os puritanos receberam as indicações divinas de uma nova terra e, (...), são freqüentes as referências ao ‘pacto’ entre Deus e os colonos puritanos. A idéia de povo eleito e especial do mundo é uma das marcas mais fortes na constituição dos Estados Unidos.” (KARNAL, 2007, p. 47)

Para que conseguissem manter sua identidade e coesão no Novo Mundo, os puritanos exerceram imenso controle sobre todas as atividades praticadas e sobre os indivíduos que habitavam aquelas terras, pois “A idéia de uma moral coletiva onde o erro de um indivíduo pode comprometer o grupo é também um diálogo com a concepção da moral hebraica no deserto. O pacto Deus-povo é com todos os eleitos.” (id., p. 47) E, inserido nesse controle, deve ser ressaltado o caráter especial no tocante à educação formal nas colônias, enfatizado pela presença dos protestantes naquelas comunidades, de forma a garantir que todos fossem letrados para que pudessem ter acesso à Escritura, certificando as bases para a livre interpretação da mesma. Prova disso é a publicação, em 1647, na colônia de Massachussetts, de uma lei que obrigava cada povoado com mais de cinqüenta famílias a manter um professor, justificando que:

Sendo um projeto do Velho Satanás manter os homens distantes do conhecimento das Escrituras, como em tempos antigos quando as tinham numa língua desconhecida [...] se decreta para tanto que toda municipalidade nesta jurisdição, depois que o senhor tenha aumentado sua cifra para cinqüenta famílias, dali em diante designará a um dentre seu povo para que ensine a todas as crianças que recorram a ele para ler e escrever, cujo salário será pago pelos pais, seja pelos amos dos meninos seja pelos habitantes em geral. (in: KARNAL, 2007, p. 48)

Tal é a relevância dessa preocupação com o aspecto educacional que, em 1764, as colônias já contavam com sete universidades estabelecidas, formando também os pastores para toda e qualquer igreja que fosse ali construída, de modo que os preceitos da fé protestantes estariam sempre mantidos.

Inserida em todo esse contexto, e com maior importância para o desenvolvimento da presente pesquisa, está a já mencionada colônia de Massachussetts, a qual recebeu o grupo de puritanos ditos mais descontentes com as práticas da Igreja da Inglaterra, pretendendo formar uma versão purificada dessa mesma Igreja – o que não lhes satisfazia dizia respeito às práticas sacerdotais e não a religião. De maneira geral, eram contrários à tolerância religiosa que apresentavam outros grupos de protestantes e, devido à sua forte influência calvinista, acreditavam que uma Igreja de grande força deveria ter poderes civis. Seu fundador, John Winthrop, alegava que aquela seria uma comunidade sagrada composta por religiosos unidos pelo louvor a Deus, buscando seu 'chamado' (TINDALL & SHI, 1989, p. 22). Karnal complementa que “(...) essa colônia aproximava-se, dessa forma, dos ideais católicos da teocracia.” (KARNAL, 2007, p. 51), mesmo permanecendo protestante em sua essência.

Inicialmente, o que mais chama a atenção para essa região, além do episódio da perseguição às bruxas, considerado um dos mais significativos eventos derivados do ideal dessa Igreja-estado, é o autoritarismo praticado por esse grupo puritano que desencadeou, como outras formas de autoritarismo, a perseguição de todas as espécies de contestações, quer fossem reais ou imaginárias, pois de acordo com os preceitos por eles estabelecidos, a depravação inata à humanidade fazia dos governos uma necessidade.

Quando se fala na perseguição às bruxas, de fato Massachussetts presenciou, em Salém, 1692, um suposto e improvável surto de feitiçaria com proporções nunca antes vistas, envolvendo diversos membros de sua população: “A cidade de Salém viveu uma histeria coletiva. Havia surtos frequentes (...). As razões, no entender dos habitantes de Salém, só poderiam ter ligação com uma ação demoníaca.” (KARNAL, 2007, p. 51)

Nesse episódio, historicamente conhecido como caça às bruxas, pessoas eram acusadas de conluíus com o Demônio e, na impossibilidade de provarem o contrário, eram presas e condenadas à forca, caso não admitissem o pecado e tivessem sua imagem denegrida perante toda a comunidade, além de suas propriedades usurpadas, como forma de amenizar o mal que haviam trazido para aquela comunidade. Obviamente, nunca se pôde provar a real existência de 'pessoas possuídas' pelo

Maligno, como diziam estar as garotas que se sentiam 'atormetadas' e iniciaram a série de acusações. Elas afirmavam ter o poder de visões que as levavam a descobrir os verdadeiros culpados pelo pandemônio causado na comunidade e passaram a servir como testemunhas de acusação para os julgamentos instaurados pela Igreja em busca dos culpados. Segundo Karnal (2007, p. 52), a histeria das feiticeiras não seria possível sem as pregações de pastores como Cotton Mather, autor do livro *As maravilhas do mundo invisível* (1693), que levavam que o leitor ao conhecimento das grandes forças maléficas que dominam o mundo.

Possíveis explicações para os processos ocorridos em Salém como decorrência da histeria seriam questões de caráter psicológico, contrariedades morais, tensões políticas internas às colônias, alguns conflitos entre indígenas e puritanos colonizadores e, sem dúvida, as frustrações dos protestantes quanto às dificuldades encontradas no Novo Mundo, bem diferente da Canaã, sua terra prometida pela Bíblia. Contabilizando, posteriormente, os danos causados pela histeria coletiva, cerca de 200 pessoas tinham sido presas, dentre as quais, 14 mulheres e 6 homens executados. O saldo legado por essa teocracia constituiu uma trágica passagem não somente na memória dos colonos que ali viveram, mas para toda a história norte-americana – “Quase 100 anos depois, a primeira emenda à Constituição dos EUA estabelecia que o Congresso não faria leis sobre o livre exercício da religião.” (KARNAL, 2007, p. 53)

1.3 Da História Norte-Americana: da Colonização à Guerra Fria

Tal foi a relevância desse episódio, que pouco mais de dois séculos depois, o termo tornou-se recorrente na história dos Estados Unidos, mais precisamente na década de cinquenta, quando se planejava a ordem do pós-guerra e se vivia sob a ameaça soviética, a Guerra Fria:

(...) crescentes tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética, sobre a divisão de poderes políticos e econômicos na Alemanha até o final dos anos 40, culminaram na Guerra Fria. Os dois superpoderes e suas alianças rivais disputaram a dominância econômica, política e militar mundial no período pós-guerra. Motivados pela segurança nacional, expansão econômica e vantagem militar internacional, ambos mantiveram controle dos seus aliados e de outras esferas de interesse por meio da força bruta ou da influência econômica. (KARNAL, p. 228)

O que os americanos mais temiam com relação aos soviéticos era a bomba atômica e, junto a ela, o comunismo. A retórica anticomunista foi introduzida nos

estados Unidos no final da década de 40, provocando uma nova histeria, conhecida como a 'Caça aos Vermelhos'. Em março de 1946, o então presidente, Truman, buscava apoio para sua política externa, como menciona Argemiro Ferreira em *Caça às bruxas*.

Macartismo: uma tragédia (1989):

Na busca de apoio para sua política exterior agressiva – (...) - o presidente Truman, enfraquecido pelo triunfo parlamentar republicano na eleição intermediária de 1946, precisou ‘amedrontar como o diabo o país inteiro’ (*scare the hell out of the American people*, para usar a frase original do senador republicano Arthur Vandenberg, cujo respaldo foi decisivo para um consenso bipartidário).

(...), Truman acabou por ganhar seu lugar de honra na galeria dos que contribuíram para desencadear a histeria macartista antes mesmo do senador McCarthy. O desdobramento sugere um retorno às circunstâncias da situação internacional e às dificuldades do quadro político interno. (id., p. 47, marcas do autor)

Já na década de 50, período em que o senador Joseph McCarthy fazia ardente campanha contra a subversão de diversos aspectos da vida americana, segundo ele, iniciada por comunistas infiltrados não somente entre pessoas comuns, mas entre os altos escalões do governo nacional. Essa obsessão com a famosa 'ameaça vermelha' foi alimentada por diversos escândalos (muitos deles fabricados) que levavam a notícias sobre espionagem. Foram lançadas listas, as famosas listas negras, com nomes de subversivos que, segundo Ferreira, “envenenaram o organismo da sociedade norte-americana, atentando contra os próprios direitos assegurados pela Constituição de 200 anos de existência.” (FERREIRA, 1989, p.9)

De fato, na década de 50, os americanos vivenciaram ampla prosperidade econômica e estabilidade familiar, mas no interior dessa conformidade, viu-se uma época reacionária, especialmente para as mulheres que, ideologicamente, assumiram os papéis de mãe e esposa, com limitada atuação nos campos da cultura e da sociedade. Além disso, esse mesmo período foi marcado pelos movimentos sociais em prol dos direitos civis – essa seria a década do 'fim da ideologia' e do triunfo dos valores capitalistas.

Ferreira aponta, em sua obra, uma cronologia, aqui simplificada, acerca dos episódios relacionados à nova caça às bruxas proposta por McCarthy: em julho de 1952, contra todas as expectativas, o inexpressivo candidato ao Senado, Joseph Raymond McCarthy, é eleito; em novembro do mesmo ano, McCarthy atua ativamente na campanha para a eleição do presidente Eisenhower. Em março de 1954, o senador dá início à comissão que examinaria os casos de comunistas – em novembro, seu poder

encontra-se enfraquecido e o senador nunca volta a ter a mesma força até o falecimento do senador, em 1957, poucos meses após a reeleição de Eisenhower:

O uso da expressão “caça às bruxas” (*witch-hunt*, nos Estados Unidos) para designar a repressão política nos anos 40 e 50 é uma alusão óbvia, de cunho claramente pejorativo, à perseguição e eventual queima de feiticeiras nas fogueiras da Inquisição. A primeira experiência, no passado mais remoto, chegara a alcançar os colonos da Nova Inglaterra no século XVII, como revela o episódio histórico das feiticeiras de Salém, estado de Massachussetts, revivido – com objetivo explícito – na peça de teatro de um dos escritores investigados nos anos 50, Arthur Miller. (FERREIRA, 1989, p. 25, marcas do autor)

1.4 Miller e Hawthorne: uma releitura da história

Ferreira deixa clara a ligação de Arthur Miller tanto com o movimento político relacionado à década de 50, quanto com relação ao uso dessa temática em sua peça *The Crucible (As Bruxas de Salém)* – segundo ele, Miller escapou da prisão naquele período por mera técnica (p. 240), uma vez que sua peça trata, claramente, das inconsistências nos julgamentos ocorridos em Salém no século XVII, como menção explícita às inconsistentes acusações realizadas por McCarthy e seus aliados no governo, o que pode ser comprovado por este trecho retirado de *The CliffsNotes on The Crucible*, de Jennifer L. Scheidt (1971):

Although no one can know for certain what the actual individuals thought, felt, or believed, Miller's incorporation of motive into the play's characters provides his audience with a realistic scenario that is both believable and applicable to society. For example, when the play was first produced during the 1950's, as McCarthyism submerged America in paranoia and fear, audiences could relate to the plot because Americans were turning in their friends so they would not be labeled as Communists. Although today's society may not be engaged in so-called “witch hunts”, stories of an individual attempting to reestablish a relationship with a former lover by eliminating what he or she perceives to be the only obstacle – the person currently involved in a relationship with the former lover – are not uncommon. This classic love triangle appears repeatedly in literature (...). Miller's exploration of the human psyche and behavior makes the play an enduring masterpiece, even though McCarthyism has faded into history (...). Miller moves beyond a discussion of witchcraft and what really happened in Salem to explore human motivation and subsequent behavior. (p. 6)²

2 “Embora ninguém saiba ao certo o que os indivíduos reais pensaram, sentiram ou em que acreditaram, ao incorporar a motivação nas personagens da peça, Miller dá a seu público um cenário realista do que é tanto passível de ser acreditado quando aplicável na sociedade. Por exemplo, quando a peça foi produzida pela primeira vez nos anos 50, enquanto o macartismo deixava a América submersa em paranóia e medo, os espectadores podiam fazer relações com o enredo, pois os americanos estavam delatando amigos para que não fossem taxados como comunistas. Embora a sociedade de hoje possa não estar engajada na chamada ‘caça às bruxas’, histórias de uma pessoa que tenta restabelecer uma relação com um antigo amante eliminando o que ele ou ela acreditam ser o único obstáculo – a pessoa envolvida com aquele que amam no momento – não são incomuns. Este triângulo amoroso clássico aparece repetidamente na literatura (...).

Ao explorar a psique e o comportamento humanos, Miller faz de sua peça uma obra-prima duradoura, ainda que o macartismo tenha desaparecido na história (...). Miller transita entre a discussão acerca da feitiçaria e sobre o que realmente aconteceu em Salém

Em mais uma menção a Salém, Paul Boyer e Stephen Nissenbaum, em *Salem Possessed* (1974), reforçam o incansável interesse nos episódios ali ocorridos, questionando esse interesse acerca dos eventos e citando, inclusive, Miller e o macartismo:

Why is it that twentieth century historians of Salem witchcraft have not bothered to explore the history of Salem Village, or the lives of the men, women and children who peopled it, apart from that fleeting moment when the community achieved lasting notoriety? In the first place, there have always been other contexts, seemingly more significant, into which the witchcraft outbreak could easily be placed without going beyond the events and documents of 1692: the history of the occult, the psychopathology of adolescence, the excesses of repressive Puritanism, the periodic recrudescence of mass hysteria and collective persecution in Western society. (*The devil in Massachusetts*, for instance, was consciously written in the shadow of Nazi holocaust, while Arthur Miller's 1953 play about Salem witchcraft, *The Crucible*, was of course a parable about McCarthyism.) (preface, xi)³

Resta, ainda, mencionar como Nathaniel Hawthorne fez uso dessa mesma temática em *The Scarlet Letter* (*A Letra Escarlate*), romance do século XIX, composto em pleno movimento romântico na literatura norte-americana, que relata a trajetória de Hester Prynne, a protagonista que, acusada de cometer o adultério (e dado à luz a uma menina como fruto dessa ‘traição’, é condenada a usar uma letra ‘A’, escarlate, em seu peito como símbolo de seu pecado. Em *The CliffsNotes on The Scarlet Letter* (1946), Susan Van Kirk retoma a temática acerca de Salém e acrescenta:

The mist of imagination that falls over Salem, Massachusetts, in his [Hawthorne's] description is the same aura that permeates the setting of his novel. Look for the Boston of 1640 in history books, and you will not find the magical and gothic elements that abound in Hawthorne's story. For the mind of genius has created a Boston that is shrouded in darkness and mystery and surrounded by a forest of sunshine and shadow. In writing *The Scarlet Letter*, Hawthorne was creating a form of fiction he called the psychological romance, and woven throughout his novel are elements of Gothic literature. What he created would later be followed by other romances, but never would they attain the number of readers or the critical acclaim of *The Scarlet Letter*. (id., p. 7)⁴

para explorar a motivação humana e seu conseqüente comportamento.” (p. 6, tradução nossa)

3 “ Por que é significativo que historiadores do século XX sobre a feitiçaria em Salém não tenham se preocupado em explorar a história da vila de Salém, ou as vidas dos homens, mulheres, e crianças que a povoaram, além do momento crucial quando a comunidade atingiu sua duradoura notoriedade? Em primeiro lugar, sempre houve outros contextos, aparentemente mais significativos, pelos quais o surto de feitiçaria poderia facilmente ser colocado sem que houvesse acesso aos documentos de 1692: a história do oculto, a psicopatologia da adolescência, os excessos do Puritanismo repressor, a recrudescência periódica da massa histórica e a perseguição coletiva na sociedade ocidental. (*O demônio em Massachusetts*, por exemplo, foi conscientemente escrito sob a sombra do holocausto nazista, enquanto a peça de Arthur Miller de 1953 sobre a feitiçaria em Salém, *As bruxas de Salém*, foi, é claro, uma parábola sobre o macartismo.)” (prefácio, xi, tradução nossa)

4 “A névoa de imaginação que cai sobre Salém, Massachusetts, em sua [a de Hawthorne] descrição é a mesma aura que permeia o cenário de seu romance. Procure pela Boston de 1640 em livros de história e

Segundo Margaret Drabble em *The Oxford Companion to English Literature* (1998), “Hawthorne has long been recognized as one of the greatest American writers, a moralist and allegorist much preoccupied with the mystery of sin, the paradox of its occasionally regenerative power, and the compensation for unmerited suffering and crime (...).”(id., p. 442)⁵ O que deixa clara a idéia de que o autor não fez uso do cenário contextualizado de Salém por mero acaso, pelo contrário, ele lança mão dos acontecimentos anteriores à publicação de sua obra para ali localizar sua Hester Prynne, mulher fora de seu tempo, talvez moderna demais para aquela comunidade, puritana como ela, mas sem nenhuma capacidade crítica – ali sua história é narrada como a de uma mulher adúltera que, punida por aquela sociedade, é obrigada a usar uma letra ‘A’, de adultério, bordada em vermelho, em seu peito. De acordo com Oscar Pilagallo⁶, no artigo *Nathaniel Hawthorne, o criador de um passado* (2007), “Trata-se, na realidade, de uma crítica aos valores da época: Hester é uma mulher forte que se recusa a revelar o nome do amante, um religioso de prestígio na comunidade.”

Vê-se, aqui, talvez o ponto de encontro entre Miller e Hawthorne, uma vez que ambos fizeram uso do fato histórico, o passado puritano e suas conseqüências, para criticar o seu momento presente, como que de maneira cifrada, a princípio, para os menos atentos e, mais abertamente, tratando da liberdade de expressão e posicionamento pessoal em uma sociedade fanática, tornando suas obras universais para a literatura e, por que não, ponto de partida para tantas outras possíveis releituras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2003.
- _____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CARR, Edward Hallet. *Que é história?* São Paulo: Paz e Terra, 1982.

não conseguirá encontrar os elementos mágicos e góticos que transbordam da história de Hawthorne. Pois a mente de um gênio criou uma Boston que está envolta por escuridão e mistério e cercada por uma floresta de sol e sombra. Ao escrever *A Letra Escarlate*, Hawthorne estava criando uma forma de ficção que chamou de romance psicológico, e entrelaçados por todo o romance estão elementos da Literatura Gótica. O que ele criou seria mais tarde seguido por outros romances, mas eles nunca conseguiriam o número de leitores ou as mesmas aclamações da crítica que *A Letra Escarlate*.” (p. 7, tradução nossa)

5 “Hawthorne é há muito reconhecido como um dos maiores escritores americanos, um moralista e alegorista muito preocupado com o mistério o pecado, o paradoxo de seu poder regenerativo e a compensação pelo sofrimento e crime não merecidos (...).” (p. 442, tradução nossa)

6 In: *Caderno Entrelivros 3: Panorama da Literatura Americana* (2007, p. 21)

- CHAVES, Flávio Loureiro. *História e Literatura*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRG, 1999.
- DRABBLE, Margaret. *The Oxford Companion to English Literature*. New York: Oxford University Press, 1998.
- FERREIRA, Argemiro. *Caça às bruxas. Macartismo: uma tragédia americana*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- FILHO, Domício Proença. *Pós-Modernismo e Literatura*. São Paulo: Ática, 1995.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HAWTHORNE, Nathaniel. *The Scarlet Letter*. New York: Signet Classic, 1999.
- _____. *A Letra Escarlate*. (tradução de Sodrê Viana) São Paulo: Martin Claret, 2006.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo. História. Teoria. Ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MILLER, Arthur. *As Bruxas de Salem*. Lisboa: Presença, 1961.
- _____. *The Crucible*. Harmondsworth: Penguin, 1998.
- NUNES, Benedito. *O Tempo na Narrativa*. São Paulo: Ática, 2002.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. (tomo III). Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- SCHEIDT, Jennifer L. *Cliffsnotes on Miller's 'The Crucible'*. New York: IDG Books, 1971.
- TINDALL, George B. & SHI, David E. *America: a narrative story*. New York: WW Norton & Company, 1989.
- VAN DOREN, Mark. *Nathaniel Hawthorne*. São Paulo: Martins Fontes, 1949.
- VAN KIRK, Susan. *Cliffsnotes on Hawthorne's 'The Scarlet Letter'*. New York: IDG Books, 1946.
- WHYTE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Puritanismo> (acesso em 24/02/2008 às 12:08)